



O CONFLITO DE EMBRANQUECIMENTO: MENSURAÇÃO DAS DINÂMICAS DE PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO RACIAL ENTRE OS CENSOS DE 2000, 2010 E 2022 NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (ST 11)

Pedro Henrique Rezende Mendonça

IME USP | pedrorezende@ime.usp.br

Gisele Aparecida de Sá Brito

FAU USP | giselebrito@usp.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: Neste artigo, apresentamos o embranquecimento enquanto conflito latente que produz a segregação racial. A partir de uma caracterização histórica e da análise da variação do perfil racial da população entre os censos de 2000, 2010 e 2022 na Região Metropolitana de São Paulo, evidenciamos que a segregação racial não é estática, mas sim um quadro em constante transformação. Apontamos como, apesar de seus impactos visíveis na estrutura da cidade e na organização da vida, não é um tema central para o planejamento urbano, perpetuando o mito da democracia racial. A partir dos dados apresentados, buscamos contribuir para a construção de uma agenda urbana capaz de enfrentar o embranquecimento.

Palavras-chave: Embranquecimento; Segregação racial; Região Metropolitana de São Paulo; Censos

THE WHITENING CONFLICT: MEASURING THE PRODUCTION OF RACIAL SEGREGATION BETWEEN THE 2000, 2010, AND 2022 CENSUSES IN THE METROPOLITAN REGION OF SÃO PAULO

Abstract: *In this paper, we present whitening as a latent conflict that produces racial segregation. Based on the Metropolitan Region of São Paulo, we use historical data and an analysis of the variation in the racial composition of the population between the 2000, 2010, and 2022, to demonstrate that racial segregation is not static but rather a framework in constant transformation. We highlight how, despite its visible impacts on the city's structure and the organization of life, it is not a central theme in urban planning, perpetuating the myth of racial democracy. Through the presented data, we hope to contribute to the construction of an urban agenda capable of addressing whitening.*

Keywords: *Whitening; Racial segregation; São Paulo Metropolitan Region; Censuses*

EL CONFLICTO DEL BLANQUEAMIENTO: MEDICIÓN DE LAS DINÁMICAS DE PRODUCCIÓN DE LA SEGREGACIÓN RACIAL ENTRE LOS CENSOS DE 2000, 2010 Y 2022 EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Resumen: *En este artículo, presentamos el blanqueamiento como un conflicto latente que produce la segregación racial. A partir de una caracterización histórica y del análisis de la variación del perfil racial de la población entre los censos de 2000, 2010 y 2022 en la Región Metropolitana de São Paulo, evidenciamos que la segregación racial no es estática, sino un marco en constante transformación. Señalamos cómo, a pesar de sus impactos visibles en la estructura de la ciudad y en la organización de la vida, no es un tema central del Planeamiento urbanístico, perpetuando el mito de la democracia racial. A partir de los datos presentados, buscamos contribuir a la construcción de una agenda urbana capaz de enfrentar el blanqueamiento.*

Palabras clave: *Blanqueamiento; Segregación racial; Región Metropolitana de São Paulo; Censos*

INTRODUÇÃO

As metrópoles brasileiras são marcadas pela segregação urbana (Villaça, 2001; Oliveira 2013; França 2022). Essa segregação é expressa nos locais de moradia e nas condições de acesso e apresenta contornos raciais. Como a intermediação do acesso à terra enquanto mercadoria é, em última instância, econômico, é comum que essa segregação racial seja atribuída a desigualdades de renda, como um resultado incidental (Ribeiro, 2020; Oliveira, 2023, 2023). Contudo, França (2022) mostra que grupos de renda semelhantes residem em lugares diferentes a depender do grupo racial. Outros textos apontam como a segregação em São Paulo é caracterizada pela constituição de um território de exclusividade branca (Brito, Mendonça, Rolnik, 2023). À luz desses trabalhos e partindo do caso da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), neste artigo defendemos que a segregação urbana é produzida por um conflito (Vainer et al., 2013) racial latente, o embranquecimento.

O processo de embranquecimento nas cidades faz parte do projeto centenário de extermínio da população negra, conjugando, na segregação urbana, a produção do espaço e o racismo. Tem escala superior à cidade, e afeta todos os seus moradores, gerando transformações no perfil racial da população. Assim, propomos mensurar o processo de embranquecimento a partir (i) do quadro da segregação racial e (ii) da transformação do perfil racial local. Para isso, utilizaremos dados de autodeclaração de raça/cor, conforme coletado nos censos do IBGE. Desenvolvemos uma metodologia para mensuração da transformação do perfil racial da população, partindo da leitura de dados censitários da RMSP.

Para fins analíticos, adotamos alguns agrupamentos comuns nos estudos sobre o tema racial. Os censos do IBGE recentes adotam cinco categorias de raça/cor: branca, preta, amarela, parda e indígena. As áreas urbanas da RMSP apresentam um predomínio dos grupos branco, preto e pardo. Na lógica de produção da segregação, a população branca é central, pois é ela o ponto de partida e de chegada do domínio territorial de toda a cidade. Já a população preta e parda, em conjunto, constitui a categoria de população negra, que compartilha diversos indicadores sociais relacionados a acesso precário a direitos e sujeição à violência. Ainda que os grupos amarelo e indígena se distribuam espacialmente de forma específica, neste trabalho damos ênfase à segregação a partir da distribuição da população branca e da população negra (pretos e pardos). São esses grupos que, seja por seu tamanho, seja pela sua posição de controle sobre a produção de segregação, definem demograficamente a estruturação racial da cidade.

EMBRANQUECIMENTO COMO CONFLITO

Ainda que as áreas com maior concentração negra não sejam exclusivas, elas constituem territórios negros (Rolnik, 1989), pois é aí, e não nos territórios da branquitude, que essa população reside e organiza suas relações sociais, culturais e políticas, constituindo uma urbanidade característica. O domínio da população branca em seu território e a presença da população negra em outros constitui um dispositivo dialético de racialização. Os lugares são

considerados periferias em função da presença negra e, ao viver em locais assim, tais pessoas são racializadas. Já as áreas de domínio da branquitude são centralidades ou autodenominadas áreas nobres. Por serem territórios brancos, não são entendidos como racializados, ainda que sejam racialmente muito mais homogêneos que os territórios negros.

Alves (2011) auxilia nesse argumento ao demonstrar que os índices de mortes violentas na cidade de São Paulo entre 2003 e 2008 aumentavam drasticamente em distritos paulistanos onde a população negra era, àquela altura, proporcionalmente maior. Mas, nesses locais, a vitimização de pessoas brancas também crescia. Para ele, esses dados explicitam a geografia de uma necrópolis, ou seja, de um local de políticas de morte anti-negro, em que a proximidade de pessoas brancas aumenta sua vulnerabilidade.

Basta lembrar que, em 2017, o então recém-empossado novo comandante da ROTA, e atual vice-prefeito eleito da cidade de São Paulo, tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, afirmou em uma entrevista ao portal de notícias UOL que a polícia agia de maneira diferente na periferia e nos Jardins (bairros de exclusividade branca):

"Da mesma forma, se eu coloco um [policia] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando", complementou. "O policia tem que se adaptar àquele meio que ele está naquele momento", argumentou. (Adorno, 2017).

Alves (2011) aponta o padrão de segregação racial como uma forma de governabilidade espacial da necropolítica, resultante de "práticas cotidianas e arranjos institucionais que criam geografias de raça, violência e pobreza" (p. 7). A segregação racial é grave porque, enquanto forma de governabilidade, automatiza e distribui o racismo espacialmente, hierarquizando territórios e naturalizando sua prática e seus efeitos. É ponto de chegada e de partida do processo de embranquecimento. Os melhores indicadores e a concentração de investimentos pertencem aos territórios de exclusividade branca, e os piores aos territórios negros, sem que para isso seja necessário optar por políticas anunciadamente racistas. Basta que a segregação racial siga existindo.

Ao tratar a segregação urbana no Brasil sem sua dimensão fundamentalmente racial, o planejamento dificulta a mobilização de uma subjetividade expressamente antirracista capaz de atuar sobre o próprio planejamento. A omissão do caráter racial desse conflito é uma evidência da manutenção do mito da democracia racial. Aqui, no entanto, cabe enfatizar que não só o Estado e o mercado, mas parte importante dos engajados no planejamento crítico têm naturalizado o quadro de monopolização e expansão da branquitude sobre a cidade.

Empiricamente, o tema se relaciona diretamente com discussões que dominaram o campo do planejamento urbano nos últimos 40 anos. Segundo o IBGE, em 2022, 20,8% das pessoas pardas e 19,7% das pessoas pretas que viviam em moradias próprias no Brasil não tinham

documentação da propriedade. Entre as pessoas brancas esse número era praticamente a metade, 10,1%. Ainda segundo o instituto, cerca de 28% das pessoas brancas residiam, em 2019, em domicílios sem esgotamento por rede coletora ou pluvial. Entre as autodeclaradas pretas, a proporção foi de 36%, e 46% para pessoas pardas. A mesma pesquisa aponta que a população branca vivia em casas com pelo menos um dormitório a mais que a população negra (IBGE, 2022).

Em São Paulo, os movimentos de moradia, parceiros constantes na formulação do pensamento urbano crítico, são liderados por mulheres negras (Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012). A moradia da população negra está concentrada em regiões nos extremos da cidade, territórios associados a ilegalismos (Telles, 2011) e informalidade (Rolnik, 2009). Aqui vale mencionar que Gomes (2021), por exemplo, demonstrou que entre os moradores brancos e negros de favelas na cidade de São Bernardo do Campo, os negros ocupavam as áreas mais expostas a riscos. Somando a tudo isso, enquanto a verticalização desenvolvida pelo mercado tem clara relação com territórios de maioria branca, a verticalização produzida pelo Estado se relaciona fortemente com territórios com alta concentração negra (Mendonça, Brito e Rolnik et al (2022).

Admitir a desproporcional vulnerabilidade da população negra em questões tipicamente enfrentadas pelo planejamento urbano, como acesso a moradia, infraestrutura e mobilidade, e incidir sobre elas com o objetivo de reverter essa desigualdade seria um avanço. Já a existência de territórios de exclusividade branca na cidade, guetos segregados que garantem a branquitude o acesso privilegiado a localizações, a bens culturais, oportunidades de trabalho de alta renda, acesso prioritários aos agentes do poder, além de se proteger da violência que constitui o Estado (Alves, 2022), demonstra a eficiência do planejamento urbano em dar contornos territoriais à proteção a branquitude e de eliminar a população negra. O território de exclusividade branca é produzido pelo planejamento urbano, através da concentração de investimentos e da legislação urbanística, que se relaciona especificamente com as formas de produção desse território.

METODOLOGIA

Neste artigo, vamos mensurar o embranquecimento a partir de transformações no perfil racial da população entre os censos de 2000, 2010 e 2022, em escala intramunicipal. Nosso foco é na dimensão espaço-temporal da mudança do perfil racial, o que implica (i) compatibilização da malha censitária e (ii) comparação entre dinâmicas locais e processos globais.

A constituição de uma malha geográfica para organizar a coleta e divulgação dos dados dos censos começa com o Censo de 1960, com os primeiros setores censitários (IBGE, 1970). A partir de então, o setor ganha força como uma unidade estatística relevante não só para o censo, mas para pesquisas amostrais. A partir do Censo de 1991, a delimitação dos setores por descrição perimétrica é divulgada pela primeira vez como parte dos arquivos digitais do

censo. Mas é só a partir do Censo de 2000 que formatos de arquivo geográficos passam a ser empregados, facilitando a produção de cartografias digitais.

Também desde 1960, os censos passam a ser organizados em duas coletas: o universo, que abrange toda a população, e a amostra. Os dados do universo são agregados por setor censitário, e os dados da amostra são expandidos e agregados na malha de áreas de ponderação. É possível reconstituir a malha de áreas de ponderação a partir do Censo de 2000, usando os arquivos de composição das áreas de ponderação disponibilizados pelo IBGE. Isso é importante para nossa análise porque, no Censo de 2000, a pergunta sobre raça/cor da população existia apenas no questionário da amostra. Nos Censos de 2010 e 2022, a raça/cor passa a ser coletada no questionário do universo e divulgada nos agregados por setores censitários, viabilizando uma leitura local do perfil racial.

A compatibilização geométrica de malhas de áreas de ponderação foi realizada por edição direta sobre os polígonos. As malhas de 2000 e 2010 foram compatibilizadas primeiro, respeitando o limite dos setores censitários que as compõem, desde que o setor tivesse população. A compatibilização entre a malha resultante e os setores censitários de 2022 foi realizada por interseção simples, dado que a malha de áreas de ponderação de 2022 ainda não foi divulgada. O resultado é uma malha composta por polígonos que chamamos de áreas intercensitárias (AICs). A extensão dessa malha, nossa área de análise, coincide com a extensão da malha de áreas de ponderação de 2000, que é a menor dentre os três censos.

Superada a compatibilização geográfica entre censos, ainda resta uma questão metodológica relacionada a mudanças gerais no perfil racial. Há uma tendência histórica de queda do tamanho da população branca e aumento da população negra na RMSP (figura 1). Essa variação supera o crescimento populacional, indicando que há uma revisão significativa da autodeclaração racial. O crescimento da população negra pode estar associado também ao crescimento das famílias, a mudanças no lugar de moradia, a movimentos migratórios, dentre outros.

Buscando minimizar esse efeito, partimos da hipótese nula de que o processo de transformação do perfil racial não tem efeito local, ou seja, é homogêneo em toda a Região Metropolitana. Assim, devemos esperar um aumento homogêneo da população negra ou uma redução homogênea da população branca em todas as regiões da cidade, e calcular o processo de transformação racial e embranquecimento a partir desse pressuposto básico. Isso implica também ignorar particularidades da transformação do perfil racial em escala local como, por exemplo, efeitos localizados do letramento racial ou de migrações.

Tamanho da população por raça/cor na área de análise, por censo

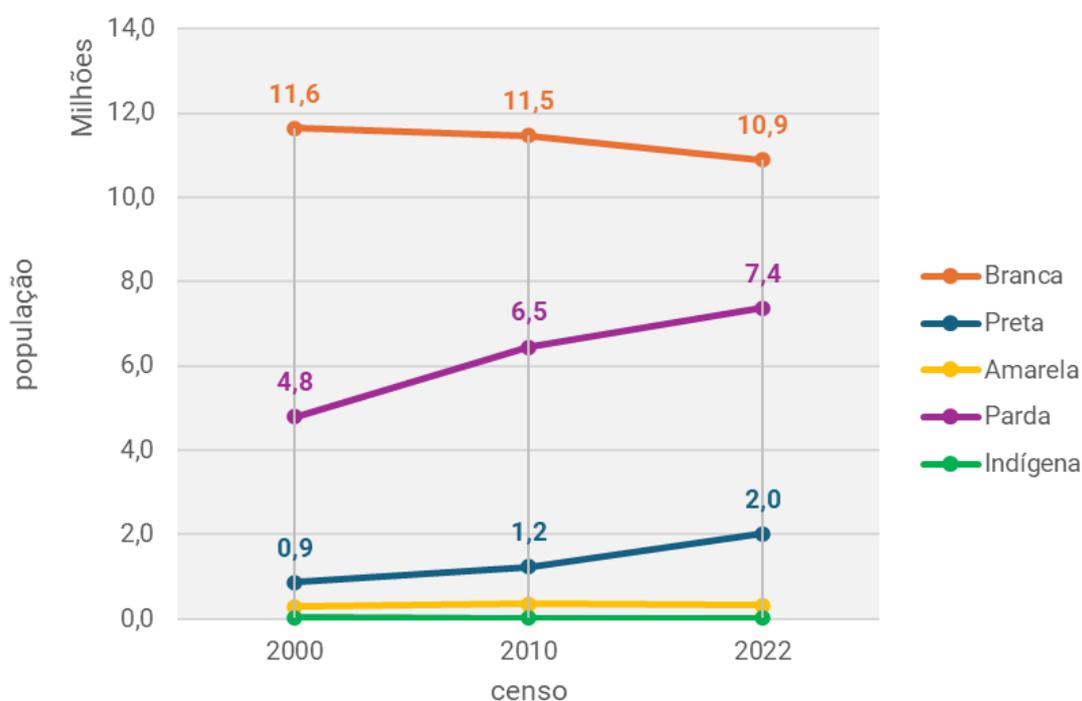


Figura 1: Variação do tamanho da população por raça/cor na área de análise, nos censos de 2000, 2010 e 2022. Elaboração: os autores. Dados: Censos IBGE 2000, 2010 e 2022.

Um método comum empregado em Ciências Sociais para mensurar impactos partindo da hipótese nula de homogeneidade é a análise de diferença em diferenças (abreviado como DinD). Em linhas gerais, o método consiste em avaliar a variação de um indicador em um grupo de teste (uma AIC, adaptando para o nosso caso) e um grupo controle (o restante da RMSP) em um período (entre censos). Há implementações espaciais desse método, que consideram estruturas de vizinhança (Chaga, Andrade., 2024). Porém, como partimos do pressuposto de que o embranquecimento produz uma estrutura de escala metropolitana, consideramos mais apropriado utilizar a totalidade da região para comparações. Adotamos uma simplificação do método de diferença em diferenças, calculando uma diferença localizada, atribuída a cada perímetro em comparação com todos os demais. Além disso, não buscamos inferir o efeito de algum processo em particular, apenas mensurar o grau de embranquecimento no período. Calculamos a diferença em diferenças em três intervalos: de 2000 a 2010, de 2010 a 2022 e de 2000 a 2022.

Uma limitação do pressuposto de homogeneidade da variação populacional é que não se pode esperar um crescimento homogêneo em um espaço produzido de forma heterogênea. Isso porque a branquitude opera para garantir seu domínio sobre a cidade, seja de forma econômica, seja através da regulação urbanística (Brito, Mendonça, Rolnik, 2023), o que

dificulta a quebra do padrão de segregação nos seus territórios. Ainda assim, ao mostrar que há tendências locais no processo de transformação do perfil racial e descartar a hipótese de sua homogeneidade, mostramos que a produção da segregação racial é sustentada no tempo.

RESULTADOS

A CONSTRUÇÃO DO PADRÃO DE SEGREGAÇÃO RACIAL EM SÃO PAULO

A possibilidade de mensurar o processo de embranquecimento depende da produção de dados racializados, o que não é uma constante na história dos censos no Brasil. O censo mais antigo em que dispomos de dados raciais em escala intramunicipal é de 1890. Em virtude da abolição da escravidão, foi o primeiro censo a deixar de contabilizar os escravizados como grupo censitário. Foram usados quatro agrupamentos raciais: brancos, pretos, mestiços e caboclos.

Naquele momento, os dados ainda eram agrupados por freguesias, que eram quatro no núcleo urbano de São Paulo: Sé, Consolação, Ó, Santa Efigênia e Brás. Não havia diferenças significativas na composição racial dessas freguesias, reforçando o que aponta Rolnik (1997), de que a cidade escravagista, que estava caminhando para o fim nesse momento, era pouco segregada. Já nas cercanias do núcleo urbano de São Paulo, o cenário era distinto. Em freguesias próximas, de paisagem mais rural, a população não branca era bastante superior. Essa era a configuração do tabuleiro racial que serviu de ponto de partida para a explosão demográfica de São Paulo no século XX, com a industrialização e expansão do seu núcleo urbano.

Quando o censo de 1890 é realizado, São Paulo passava por uma grande transformação, com a chegada de migrantes europeus e com a emergência do patrimônio imobiliário como reserva de capital, substituindo a propriedade de escravizados. Assim, a disputa do espaço pelos grupos sociais orientada pelo valor imobiliário passa a organizar a cidade nesse período (Rolnik, 1997). É possível apontar a transformação da terra em mercadoria como ponto de partida do processo de embranquecimento, pois é nesse momento, com a Lei de Terras promulgada em 1850, que se estabelecem os elementos fundamentais para captura da terra pela branquitude (a terra como mercadoria e o acesso exclusivamente regulado pelo Estado).

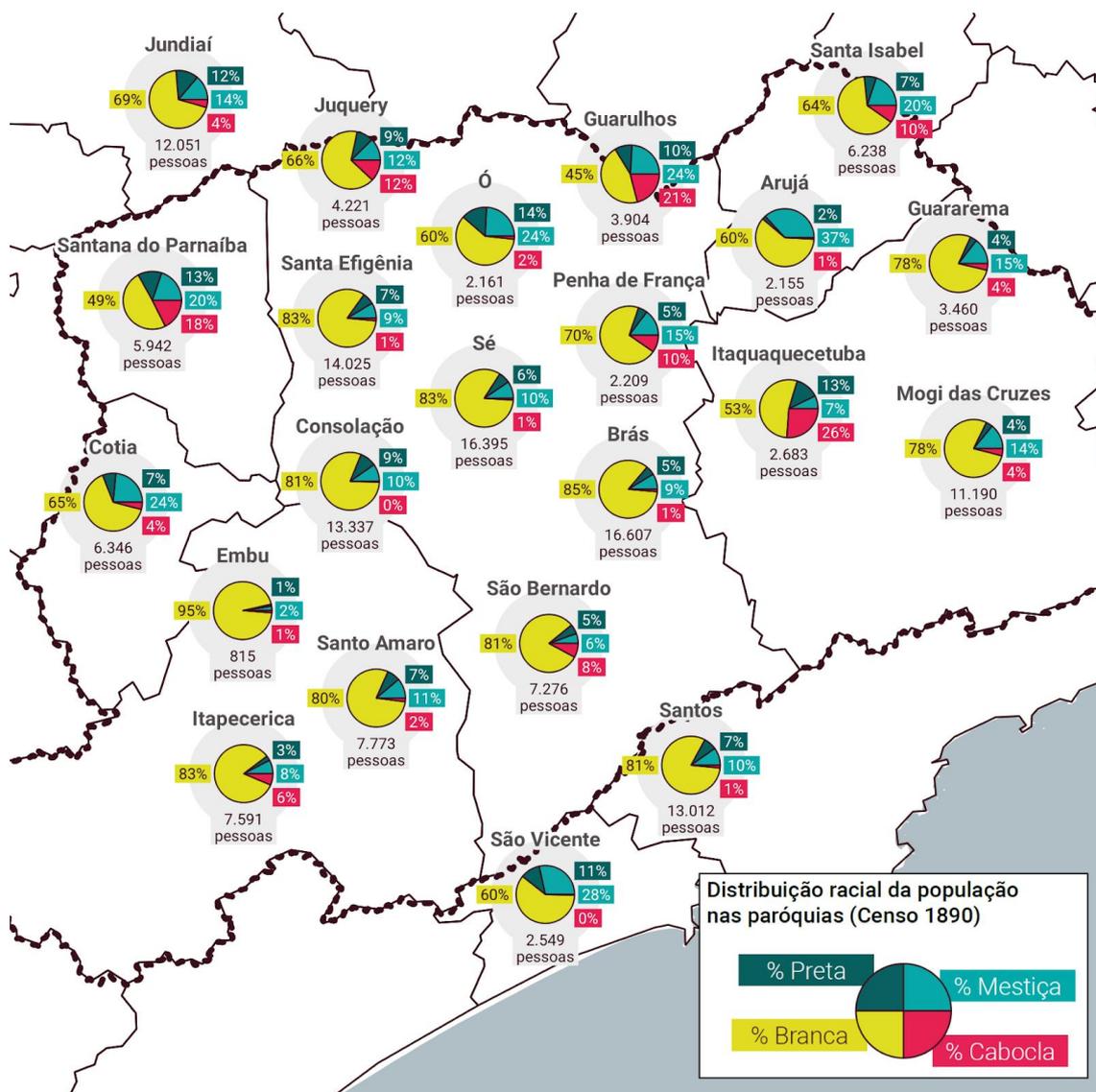


Figura 2: Composição racial da população nas freguesias, conforme Censo de 1890. Dados: IBGE. Elaboração própria.

O próximo censo a divulgar dados raciais em escala intramunicipal é o censo de 1980 (figura 3). Nesse momento, o auge do crescimento populacional já havia passado. O município de São Paulo passou de pouco menos de 65 mil habitantes, em 1890, para 8,59 milhões 90 anos depois. Foi nesse intervalo histórico que se formularam os primeiros regramentos urbanísticos da cidade e que se iniciou a expansão horizontal associada à adoção do modelo urbano rodoviário. A questão racial é central desde a formulação dos primeiros códigos de posturas, mas seus resultados espaciais - a segregação racial - não podem ser acompanhados nesse período.

Em 1980, a configuração da segregação racial já apresentava os mesmos contornos que observamos nas décadas posteriores. Há a formação de um território monopolizado pelo domínio da população branca, que representa 90% dos residentes no eixo sudoeste. Essa também é a região onde se concentraram os investimentos na produção imobiliária formal, na forma de condomínios e loteamentos “cidade-jardim”, e onde se concentram os

investimentos públicos em infraestrutura. Até hoje, esses investimentos caracterizam a urbanidade nos bairros da branquitude: a busca por isolamento associada a produtos imobiliários de uso exclusivamente ou predominantemente residencial, a alta concentração segregada de bens e serviços públicos e privados para a reprodução da vida e a alta acessibilidade a eles a partir de infraestruturas que privilegiam o automóvel.

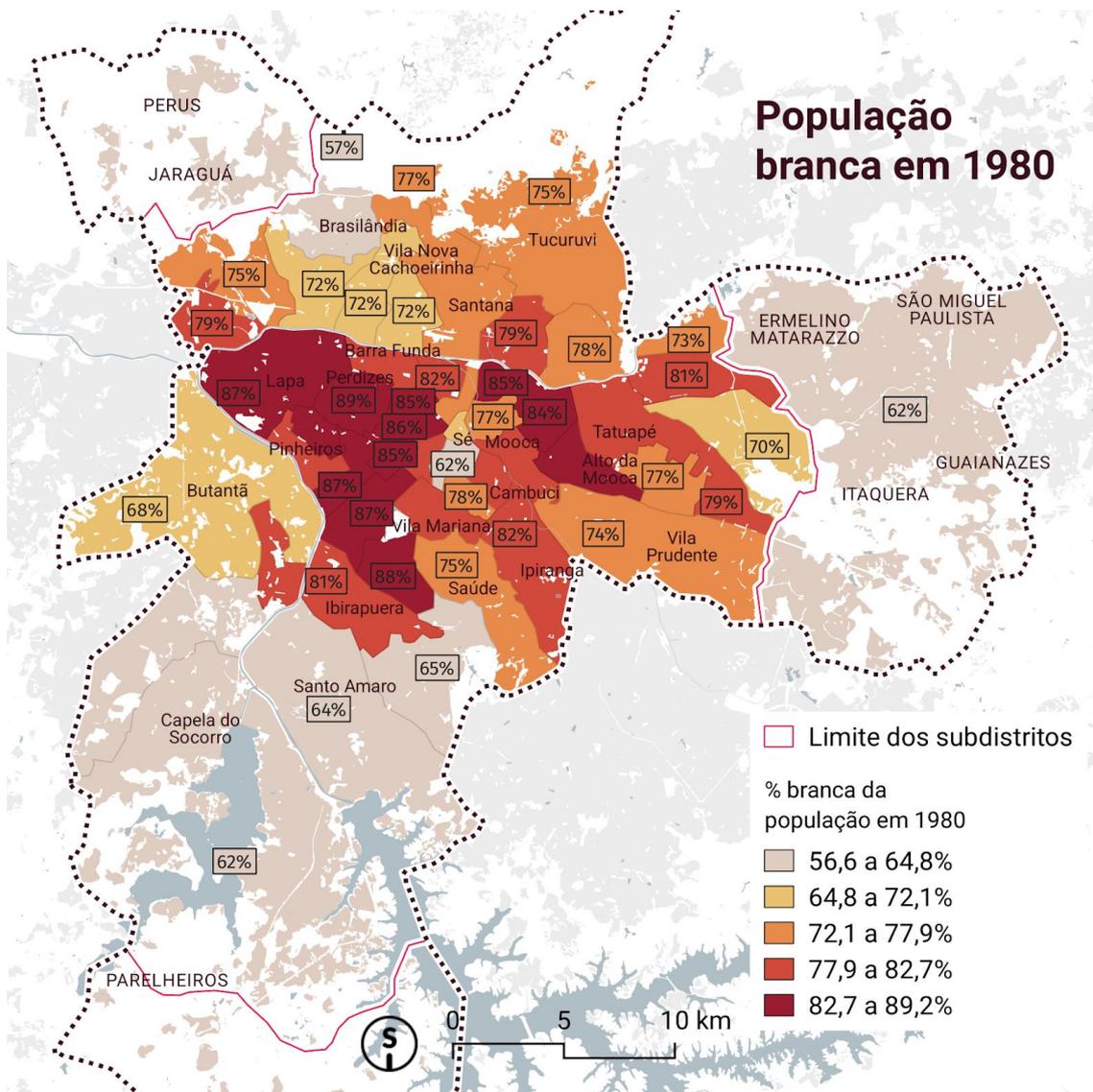


Figura 3: Percentual de população branca por subdistritos do município de São Paulo, em 1980. Dados: Censo IBGE 1980. Elaboração própria.

É importante, porém, notar como essa posição de domínio político e econômico (na forma de domínio fundiário, em termos de acesso à terra) é resultado reiterado de uma lógica de desigualdade estruturada a partir da raça. É reiterado porque não se encerra na Lei de Terras, ou nos códigos de postura do pós-escravidão, ou nas “desfavelizações” do século XX, ou com o arrefecimento do crescimento demográfico da cidade, mas se sustenta enquanto componente contínuo da produção do espaço urbano, de forma mensurável a partir dos dados censitários. Assim, ainda que, nos anos 1980, os contornos da segregação racial que

perduram até hoje já existissem, é possível observar dinâmicas localizadas de mudança do perfil racial da população nos censos seguintes.

CARTOGRAFIAS DA PRODUÇÃO DA SEGREGAÇÃO URBANA

Os dados dos censos de 2000, 2010 e 2022 mostram a permanência de uma estrutura geral de segregação da população branca acentuada no eixo sudoeste da cidade de São Paulo, no arco leste (Mooca - Tatuapé - Vila Prudente e centralidades da região do ABC) e, ao norte, em Santana e no centro de Guarulhos. A figura 4 mostra a permanência da preponderância da população branca em relação à média do restante da RMSP entre os três censos. A assimetria nessa preponderância, ou seja, o maior número de áreas 20% mais brancas que o restante da RMSP, sem uma contraparte de preponderância da população negra, caracteriza os territórios de exclusividade branca.

Ainda, ao sobrepomos a informação desses mapas entre si e com o mapa do censo de 1980 (figura 3), vemos que há uma permanência do quadro da segregação urbana no município de São Paulo: áreas contínuas e com expressiva homogeneidade racial, forte presença branca e ausência negra, e áreas dispersas pelo território, com maior heterogeneidade racial, onde há presença expressiva de pessoas negras.

Apesar da manutenção do padrão geral de segregação, a comparação entre censos mostra processos localizados de transformação racial. Os mapas de diferença em diferenças podem ser lidos da seguinte forma: quanto mais distantes de 0 forem os valores, maior a distância entre a variação local da proporção do grupo racial e a variação desse mesmo grupo racial no restante da RMSP – ou seja, mais divergem do valor esperado para a RMSP. Valores negativos indicam que o grupo racial teve um crescimento abaixo do esperado, ou uma queda acima do esperado.

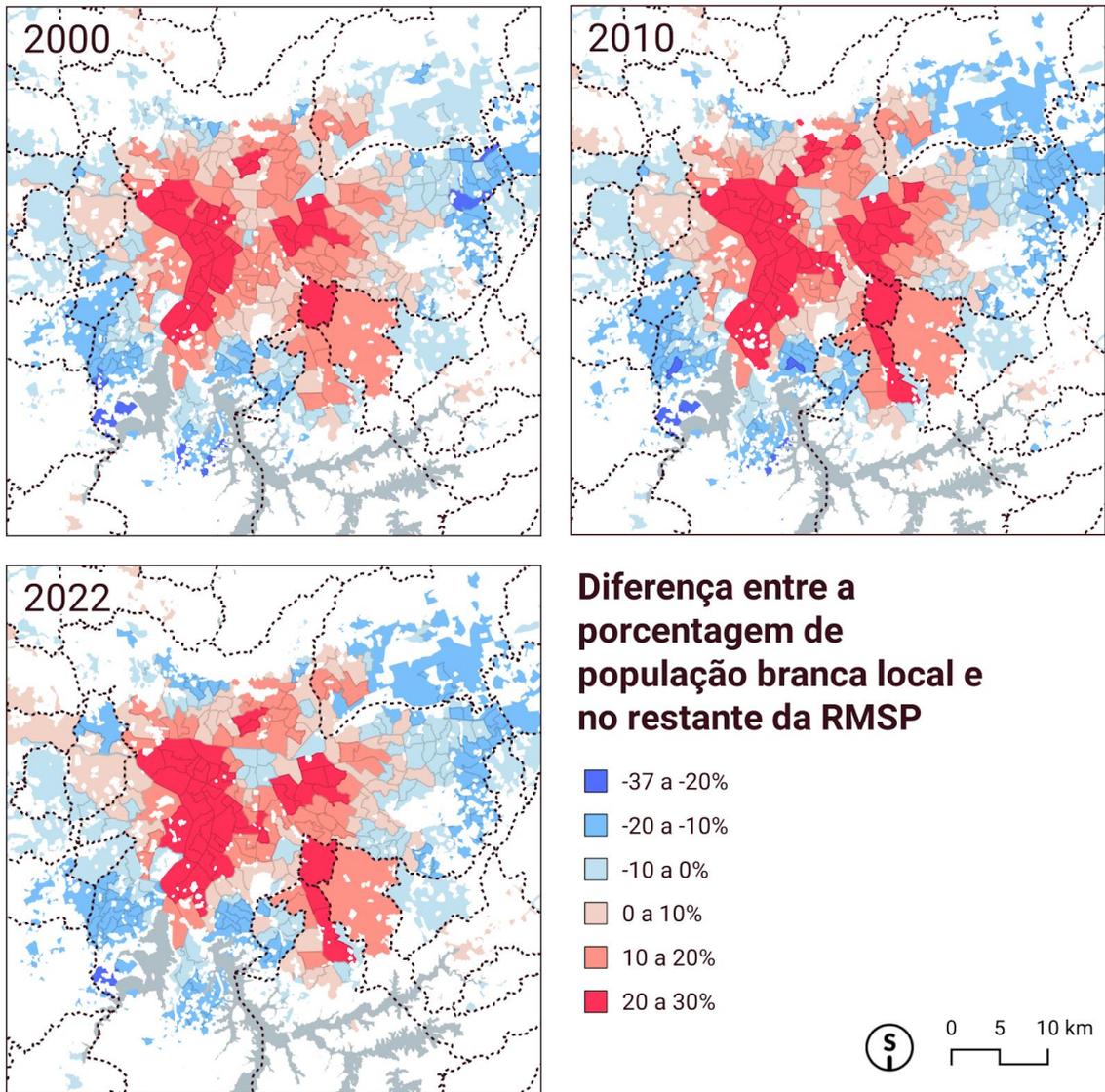


Figura 4: Diferença entre porcentagem de população branca local e no restante da RMSP. Dados: Censos IBGE 2000, 2010 e 2022. Elaboração própria.

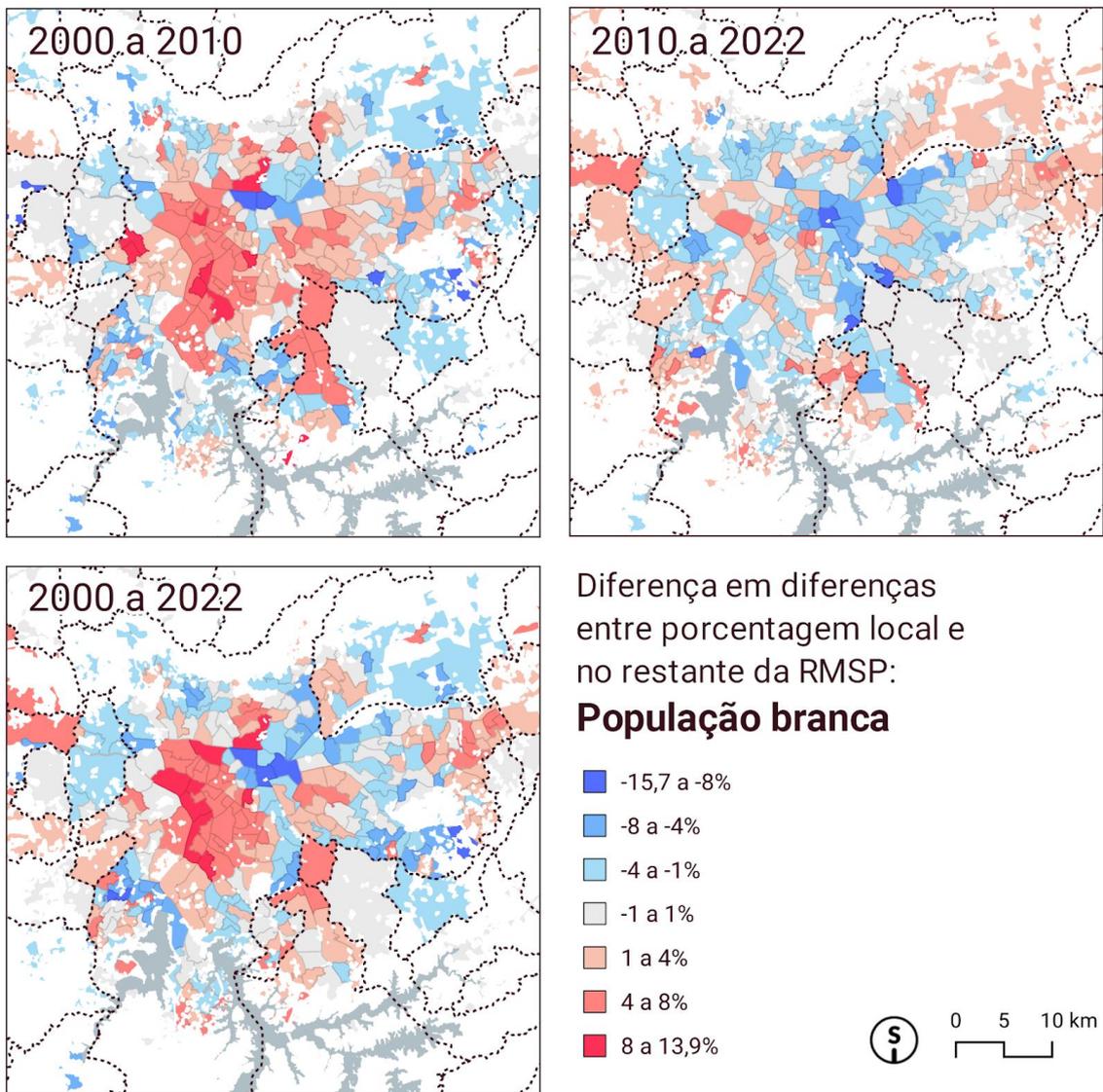


Figura 5: Diferença em diferenças entre a porcentagem local de população branca local e no restante da RMSP. Dados: Censos IBGE 2000, 2010 e 2022. Elaboração própria.

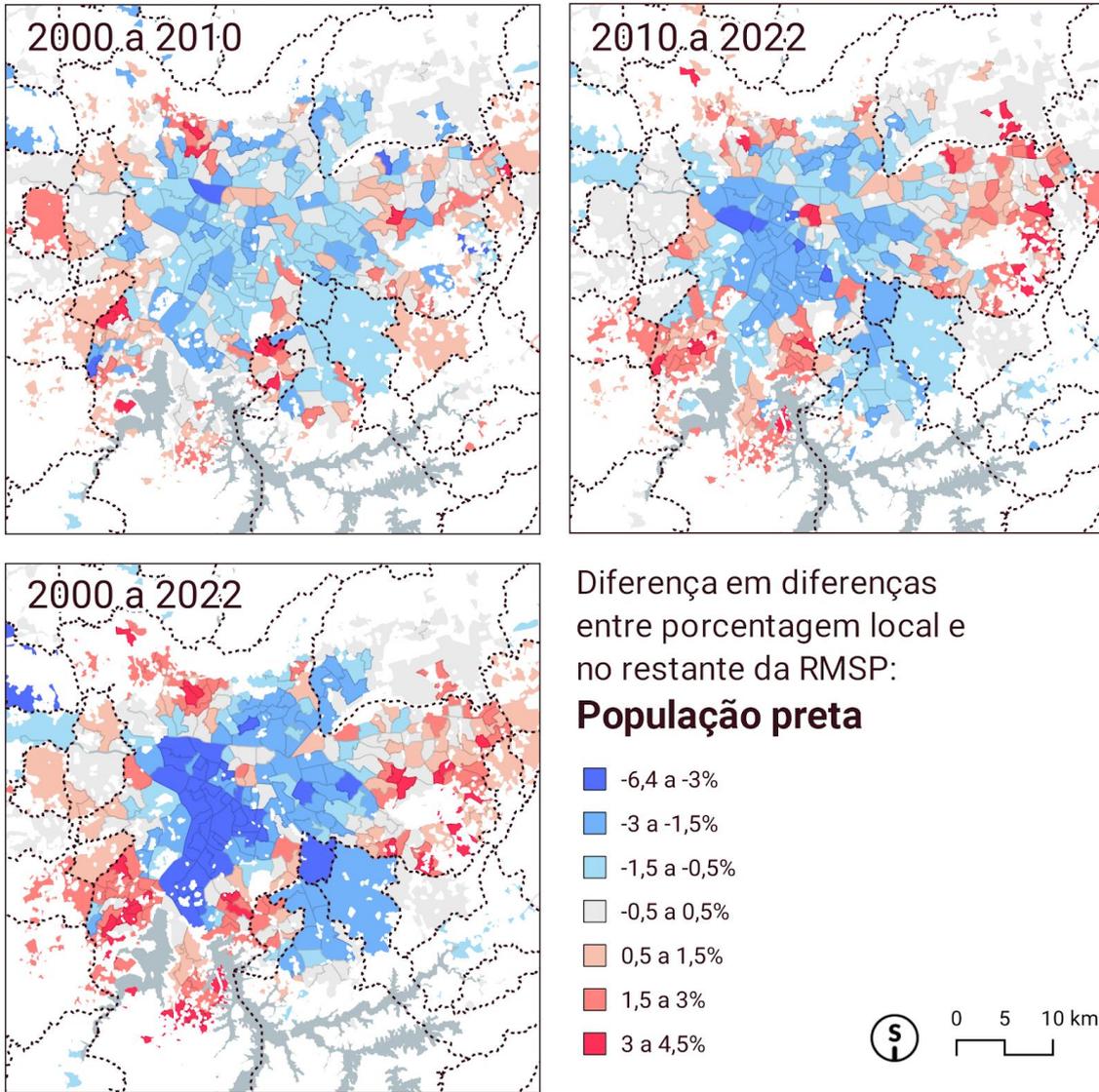


Figura 6: Diferença em diferenças entre a porcentagem local de população preta local e no restante da RMSP. Dados: Censos IBGE 2000, 2010 e 2022. Elaboração própria.

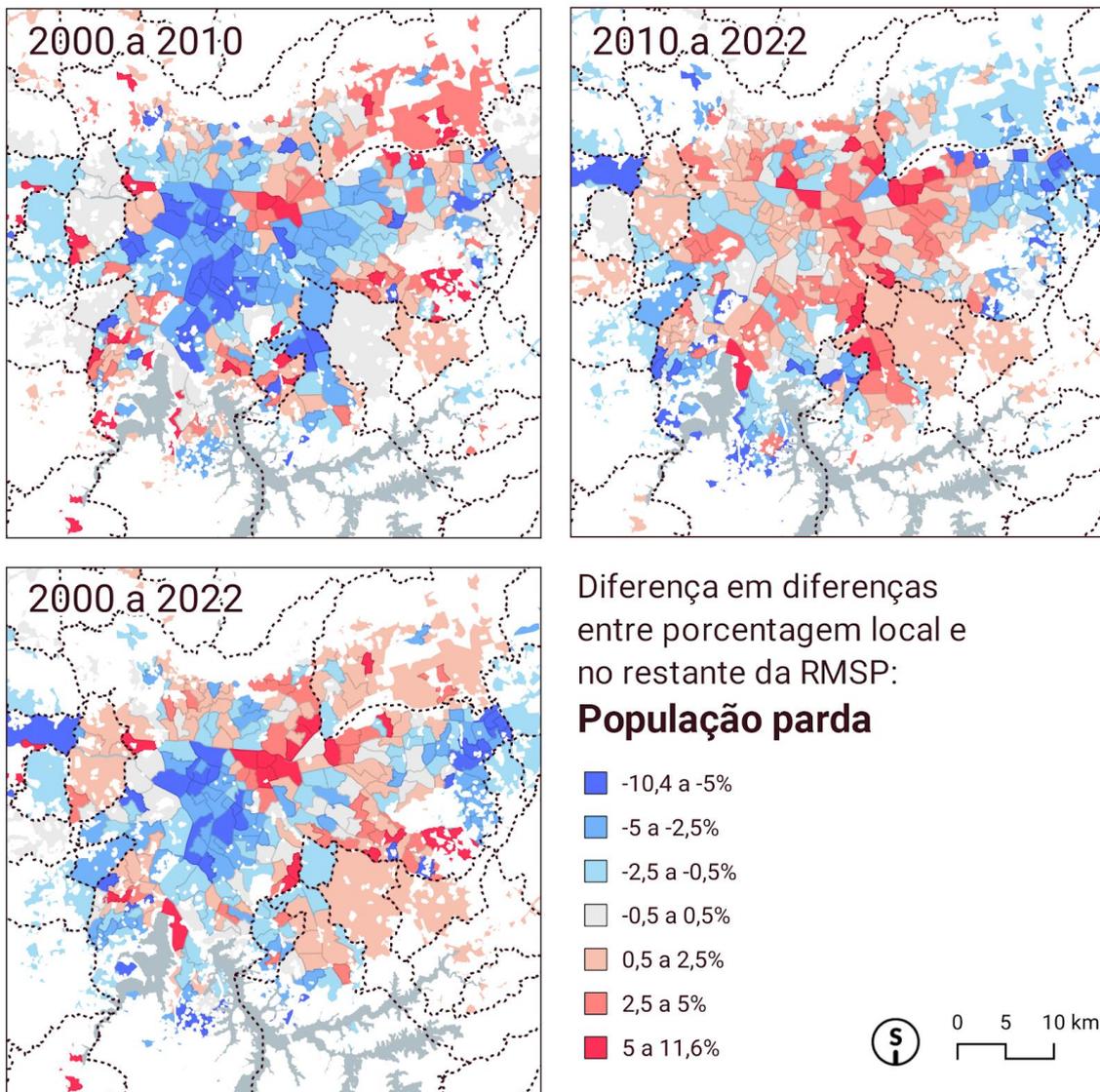


Figura 7: Diferença em diferenças entre a porcentagem local de população parda local e no restante da RMSP. Dados: Censos IBGE 2000, 2010 e 2022. Elaboração própria.

O mapa da variação da população preta (figura 6) mostra um processo contínuo de relativa perda da população negra nos territórios de exclusividade branca, e um crescimento relativo da população negra nas margens da RMSP. Chama atenção que essa aderência ao padrão de segregação tenha se intensificado no período entre 2010 e 2022, diferente do que ocorre com a população parda. O centro histórico da cidade de São Paulo (distritos da Sé e República) é um caso particular de um território negro em crescimento, cercado pelo processo de expansão dos territórios da branquitude. A caracterização desse centro como área degradada e as políticas públicas gestadas em torno da sua revitalização ou recuperação, articuladas com ações de remoção da população negra, exemplificam o conflito pelo embranquecimento. Por outro lado, a chegada recente de migrantes africanos reforça o crescimento positivo da população preta nessa região.

A variação da população parda (figura 7) também aponta para um enegrecimento desse território central. Mas, diferente do que ocorre com a população preta, há uma divergência entre o quadro geral de segregação e a variação de população parda especificamente entre 2010 e 2022. Também há uma dispersão da variação da população branca nesse mesmo período (figura 5). Alguns fenômenos podem estar relacionados a essa variação. O primeiro deles é o crescimento da consciência racial, pautada especialmente pela lei de cotas, de 2012. O segundo é a ascensão social por que passou o país nos últimos anos, que permitiria a populações periféricas acessarem outras áreas da cidade. Como aponta o trabalho de França, a escolha do local de moradia da população negra ao ascender socialmente não é exatamente a área de exclusividade branca, o que pode causar essa dispersão do crescimento da população parda. Ainda assim, é curioso que esse movimento não seja acompanhado por uma dispersão do crescimento da população negra. Um último fenômeno, com efeito mais localizado, é a dificuldade de enquadramento de outros grupos étnico-raciais, como os migrantes da América Latina, nas cinco categorias do IBGE.

Ao analisar todo o período, de 2000 a 2022, vemos que a soma das variações dos últimos censos indica um aprofundamento da segregação racial em escala metropolitana. O território de exclusividade branca segue tornando-se relativamente mais branco numa proporção muito maior que os demais territórios se tornam mais negros. Apesar da divergência no último período, o padrão geral de variação da população preta e parda é semelhante nos últimos 20 anos, reforçando a proximidade desses grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, procuramos evidenciar o conflito latente do embranquecimento como tensão constante na RMSP. Apontamos esse processo a partir da manutenção e expansão, interna e externa do território da exclusividade branca. A comparação dos dados censitários permite ver que o padrão de segregação não é um legado imutável do período escravagista, mas um processo contínuo, operado por ação e omissão de múltiplos agentes. Isso evidencia a dimensão urbana do mito da democracia racial.

Além disso, as características da variação do perfil racial apontam muitos processos que podem ter impacto racial, tanto em escala metropolitana quanto em escala local. Uma análise mais minuciosa de alguns recortes territoriais que passaram por intervenções públicas e privadas entre 2000 e 2010 pode oferecer mais insumos para compreender os mecanismos locais do embranquecimento. Acreditamos que, ao evidenciar esses aspectos e expor dados que caracterizam o embranquecimento, colaboramos para uma agenda crítica do Planejamento Urbano, cuja tarefa deve ser enfrentar as desigualdades que assolam nossas cidades.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Luís. Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz Mello Araújo. UOL, 2017. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm> >. Acesso em 01/12/2024.

ALVES, Jaime Amparo. TOPOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA: NECROPODER E GOVERNAMENTALIDADE ESPACIAL EM SÃO PAULO. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 22, p. 108–134, 2011. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRITO, Gisele; MENDONÇA, Pedro Rezende; ROLNIK, Raquel. Territórios de exclusividade branca: segregação, negação e enfrentamento do racismo no Planejamento Urbano da cidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU**, Belo Horizonte, ano 9, n. 17, p. 35-59, jul./dez. 2023.

CHAGAS, André Luis Squarize; ANDRADE, Luiza. Spatial difference-in-differences and event study: identification and application to the case of Priority List of Municipalities in the Brazilian Amazon. Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (NEREUS), 2024.

FRANÇA, Danilo. **Segregação Racial em São Paulo**: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI São Paulo: Blucher, 2022.

GOMES, A. H. **Racismo Territorial**: o planejamento urbano tem um problema de raça? - 1. Ed - Jundiaí (SP): Paco, 2021

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Instruções para delimitação dos setores censitários**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

MENDONÇA, Pedro; BRITO, Gisele; ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula; MARINO, Aluizio. A verticalização de mercado em São Paulo é branca. LabCidade, 2021. Disponível em < <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-verticalizacao-de-mercado-em-sao-paulo-e-branca> >. Acesso em 01/12/2024.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Interfaces entre as desigualdades urbanas e as desigualdades raciais no Brasil: observações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo in OLIVEIRA, R. J (Org.). **A Cidade e o Negro no Brasil**: Cidadania e Território. 13-. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

_____. Segregação racial no Brasil: questões contemporâneas em políticas públicas. **Revista Rural e Urbano - UFPE**, v. 8, n.1 (2023).

RIBEIRO, Anna Lyvia Roberto Custódio. **Racismo Estrutural e Aquisição da Propriedade: Uma Ilustração na Cidade de São Paulo**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, p. 31, 2009.

_____. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo, SP: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

_____. Territórios Negros: Etnicidade e Cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista de Estudos Afro Asiáticos**, Rio de Janeiro, n.17, 1989.

TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto ; TRINDADE, T. A. . **Ocupar, reivindicar, participar**: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. Opinião Pública (UNICAMP. Impresso), 2012.

TELLES, Vera. Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. In **Saída de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo/ Robert Cabanes..[et.al.] (org.)**. - São Paulo: Boitempo, 2011.

VAINER, C. et al O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: **Encontro Nacional da Anpur**, 15., 2013, Recife. Anais do XV ENAnpur Recife: ANPUR, 2013.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra Urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.